Nome	Categoria	Grupo	Índice	Cessação funções
Maria José Pargana Lúcio	PQND	430	340	31-12-2013
M.ª Fátima Garção Lopes Mourato	PQND	500	340	31-12-2013
M.ª Josefina Faria Amaral Calapez	PQND	510	340	31-08-2013
Jorge de Castro Salcedo Fernandes	PQND	520	340	30-11-2013
Teresa M.ª Rosário Simões A. Cascais	PQND	530	235	31-08-2013
Ana Isabel Gamito Barroso C. Matos	PQND	600	235	31-10-2013
M.ª Conceição Caetano G. Daniel	A. Operacional	—	181	30-04-2013

6 de fevereiro de 2014. — O Diretor, João Jaime Antunes Alves Pires.

207601601

Agrupamento de Escolas de Catujal — Unhos, Loures

Despacho n.º 2538/2014

Despacho de Delegação de Competências
na Vice-Presidente do Conselho Administrativo

João António Nunes Carvalho, na qualidade Presidente do Conselho Administrativo do Agrupamento de Escolas de Catujal-Unhos, Loures, nos termos do disposto do artigo 35.º do Código de Procedimento Administrativo, subdelega, sem possibilidades de subdelegação, na vice-presidente do Conselho Administrativo, Clara Maria de Sousa Moreira Ferreira Olas Gorjão, a competência para a assinatura de contratos e autorização de despesas de aquisição de bens e serviços, bem como o respetivo pagamento.

A presente delegação considera ratificados todos os atos praticados no âmbito dos poderes ora delegados.

10 de fevereiro de 2014. — O Presidente do Conselho Administrativo,
João António Nunes Carvalho.

207607183

Agrupamento de Escolas da Cidadela

Aviso n.º 2369/2014

Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de seis postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo a tempo parcial (de 17 de fevereiro a 13 de junho de 2014) para carreira de assistente operacional, de grau 1.

Para efeitos do disposto no artigo 50.º e n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (LVCR), conjugado com o artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, torna -se público que se encontra aberto, pelo prazo de três dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo por tempo parcial, para seis assistentes operacionais com 4 horas diárias.

1 — Legislação aplicável: n.º 8 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de março e Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

2 — Caracterização do posto de trabalho: assistente operacional.

2.1 — Postos de trabalho no exercício de funções da extinta categoria de auxiliar de ação educativa.

3 — Local de trabalho: Escola Secundária da Cidadela, Cascais

4 — Remuneração: 3,00 € valor/hora

5 — Habilitações literárias exigidas: escolaridade obrigatória.

6 — Requisitos de admissão: os previstos no artigo 8.º da LVCR.

7 — Composição do júri:

Presidente: Isabel Mariana Guerreiro — subdiretora

1.º Vogal: Isabel Lourenço — adjunto

2.º Vogal: Rui Coelho — adjunta

8 — Formalização das candidaturas:

8.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas, obrigatoriamente, mediante preenchimento de formulário próprio, aprovado por despacho n.º 11 321/2009, de 8 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 8 de maio, disponibilizado na página da Direção-Geral da Administração e Emprego Público, em <http://www.dgaep.gov.pt>,

podendo ser obtido junto dos serviços de administração escolar da Escola Secundária da Cidadela.

8.2 — A candidatura deverá ser acompanhada de fotocópias, do bilhete de identidade ou cartão de cidadão, cartão de identificação fiscal, certificado de habilitações literárias; *curriculum vitae*, atualizado e devidamente assinado, e documentos comprovativos dos fatos referidos no mesmo.

8.3 — As candidaturas deverão ser entregues até ao termo do prazo referido no presente aviso, em suporte papel, pessoalmente ou enviadas através de correio registado com aviso de receção, na seguinte morada:

Escola Secundária da Cidadela, Rua Dr. Fernando M. F. Batista Viegas, 1, 1-A, 2750-503 Cascais.

9 — Métodos de seleção:

Avaliação curricular expressa numa escala de 0 a 20 valores com valorização às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos elementos a avaliar. Para tal serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar e que são os seguintes:

Habilitação académica de base (*HAB*) ou curso equiparado, experiência profissional (*EP*) e formação profissional (*FP*) de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = (HAB + 2EP + 2FP)/5$$

9.1 — Habilitação académica de base (*HAB*) graduada de acordo com a seguinte pontuação:

- a) 20 valores: habilitação de grau académico superior;
- b) 18 valores: 11.º ano ou 12.º ano de escolaridade ou de cursos que lhe sejam equiparados;
- c) 16 valores: escolaridade obrigatória ou curso que lhe seja equiparado, podendo ser substituída por experiência profissional comprovada.

9.2 — Experiência Profissional (*EP*):

- a) 20 valores: período de tempo superior ou igual a 365 dias no exercício de funções em realidade escolar onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal;
- b) 18 valores: período de tempo superior ou igual a 180 dias e inferior a 365 dias no exercício de funções em realidade escolar onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal;
- c) 16 valores: período de tempo inferior a 180 dias no exercício de funções em realidade escolar onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal.

9.3 — Formação Profissional (*FP*):

Formação profissional relacionada com a área funcional a exercer:

- a) 20 valores: Formação num total de, pelo menos, 60 horas;
- b) 18 valores: Formação num total de, pelo menos, 30 horas;
- c) 16 valores: Formação num total de, pelo menos, 15 horas.

10 — A ordenação dos candidatos que se encontrem em situação de igualdade de valoração é efetuada de forma decrescente, tendo por referência os seguintes critérios:

- a) Valoração da habilitação académica de base (*HAB*);
- b) Valoração da Experiência Profissional (*EP*);
- c) Valoração da Formação Profissional (*FP*);
- d) Preferência pelo candidato de maior idade.

11 — Exclusão e notificação dos candidatos:

Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, para a realização de audiência dos interessados nos termos do CPA.

6 de fevereiro de 2014. — O Diretor, *José João Osório Gonçalves*.

207600338

Agrupamento de Escolas Dr. António Augusto Louro, Seixal

Aviso n.º 2370/2014

De acordo com o artigo 52.º da Lei n.º 83-C/2013 (LOE), de 31 de dezembro, prorrogo a situação de mobilidade interna intercategorias da assistente técnica Natália Cacaís Bouça Soares para o exercício de funções de coordenadora técnica, neste Agrupamento de Escolas, desde 01 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

6 de fevereiro de 2014. — A Diretora, *Célia Coelho Dias*.

207599821

Aviso n.º 2371/2014

De acordo com o artigo 52.º da Lei n.º 83-C/2013 (LOE), de 31 de dezembro, prorrogo a situação de mobilidade interna intercategorias da assistente operacional Maria de Lourdes Ferreira Almeida Costa para o exercício de funções de encarregada operacional, neste

Agrupamento de Escolas, desde 01 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

6 de fevereiro de 2014 — A Diretora, *Célia Coelho Dias*.

207599668

Escola Secundária Dr. José Afonso, Arrentela — Seixal

Aviso (extrato) n.º 2372/2014

Nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37 da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, faz-se pública a lista nominativa do pessoal não docente que cessou em 31 de dezembro de 2013, por motivo de rescisão por mútuo acordo, a relação jurídica de emprego:

Rosa Garcia Bastos — assistente operacional.

7 de fevereiro de 2014. — O Diretor, *Armando Maria Fernandes Pina*.

207604234

Agrupamento de Escolas n.º 3 de Elvas

Aviso n.º 2373/2014

Nos termos do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se pública a lista nominativa do pessoal docente e não docente deste estabelecimento de ensino cuja relação jurídica de emprego público cessou durante o período de janeiro a dezembro de 2013:

Nome	Grupo	Motivo da cessação	Data
Maria Francisca P. Carvalho Pestana Vasconcelos	Docente Q. E.100.	Aposentação.	31-01-2013
António José Pinto Mateus	Docente Q. E.430.	Aposentada.	31-10-2013
Mariana Isabel Ventura Velez	Assistente operacional	Aposentada.	25-03-2013

7 de fevereiro de 2014. — A Presidente da CAP, *Mestre Fátima Cêu Carola Moreira Pinto*.

207603262

Agrupamento de Escolas de Esmoriz, Ovar Norte

Aviso (extrato) n.º 2374/2014

Nos termos do disposto n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março, torna-se público que foi afixado para consulta, na sala dos funcionários a lista de antiguidade do pessoal n/docente desta escola com a referência a 31 de dezembro de 2013.

Os funcionários dispõem de 30 dias a partir da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

6 de fevereiro de 2014. — A Diretora, *Maria Estela Tomé da Rocha*.

207601123

Agrupamento de Escolas Figueira Mar, Figueira da Foz

Aviso n.º 2375/2014

Nos termos do disposto na alínea *d*) do n.º 1 artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, faz-se pública a lista nominativa do pessoal não docente que cessou funções por motivo de rescisão por mútuo acordo.

Nome	Categoria	Índice
Célia da Conceição Dinis Seabra	Assistente Técnica	269
Maria Alice Jordão Tavares de Almeida	Assistente Operacional	160
Maria Isabel Simões Ramos Santos	Assistente Operacional	142

7 de fevereiro de 2014. — O Diretor, *Pedro Mota Curto*.

207604412

Agrupamento de Escolas Garcia de Orta, Porto

Deliberação n.º 274/2014

No uso das competências previstas na alínea *c*) do artigo 38.º, do Decreto -Lei n.º 75/2008 de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, deliberou o conselho ad-

ministrativo do Agrupamento de Escolas Garcia de Orta, em reunião de 22 de novembro de 2013, delegar, sem possibilidade de subdelegação, a autorização de despesas até cinco mil euros, fiscalização de cobrança de receitas e verificação de legalidade da gestão financeira, conforme preceituado no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, no Secretário do Conselho Administrativo, Maria Manuela Oliveira Fonseca da Silva.